

[Gal/Cast] 'Sou inocente e nom deixarei de o dizer'

DIARIO LIBERDADE/TERCERA INFORMACIÓN :: 16/11/2014

Hay incluso jueces en la Audiencia Nacional que no identifican a "Resistencia Galega" como una organización armada

Traducción de Diario Liberdade

Galego

Entrevista com o ex-preso e vizinho viguês acusado pela Justiça espanhola de integrar a suposta "organização terrorista" Resistência Galega.

Pergunta: Como consideras o presente da repressão no Estado espanhol?

Resposta: O governo do PP está a dar os seus últimos passos e sabem-no, daí que utilizem o argumento do medo, de que a ordem e o Estado de providênciam estão em risco. A intensidade da repressão aumentou e aumenta de dia para dia e, tentando demonstrar que isto é assim, detêm qualquer um que tenha ligações "revolucionárias" durante qualquer tipo de protesto ou simplesmente por alçar a voz ou colaborar com trabalhos solidários, e manipulam os media para criminalizar pessoas e movimentos.

Obviamente que ninguém com dois dedos de testa acredita em todo esse lixo, mas infelizmente nesse país, ainda padecemos as maleitas da herança do medo impressa nos ossos da sociedade que nos deixou o senhor este careca de Ferrol, por isso sempre haverá alguém que possa acreditar.

No caso da Galiza em concreto, a repressão centra-se no independentismo e os estudantes vinculados a este movimento, direta ou indiretamente; além disso, qualquer opinião ou opção política crítica com o regime e as suas políticas em qualquer matéria e que se enquadrem em opções rupturistas é imediatamente reprimida ou censurada, riscada de "pró-etaña" ou "terrorista", o qual ficou na moda para o PP, tanto aqui, na Galiza, como no resto do Estado. É claro que nos consideram um inimigo e se não o somos, tentam enquadrar-nos na periferia dos inimigos que já têm.

P: Sentiste indefensão jurídica durante o procedimento até o momento?

R: A pergunta correta seria sim me senti protegido em algum momento.

Desde o primeiro momento, os meus direitos foram vulnerados sistematicamente, tanto pela Guardia Civil, como pela Audiencia Nacional e por Instituições Penitenciárias. A aplicação da lei antiterrorista, que se denunciou já tanto pela ONU como pela UE como ilegal, e que se aplica sem olhar a meios a qualquer "suspeito", vulnera praticamente todos os direitos humanos. Desde a minha detenção num bar de Vigo onde passava a noite com os meus amigos, a minha condução a Madrid e a incomunicação durante 4 dias sem poder ver um

advogado nem informar a minha família sobre a minha situação (ainda bem que tinha sido detido com testemunhas), o meu ingresso e permanência em prisão, que me levou a conhecer 6 prisões diferentes em 89 dias baixo o regime FIES-3.

Após a minha saída de prisão, as pressões mediáticas foram constantes, sobretudo por parte do ABC, e até "funcionários do Ministério do Interior" a assediar-me, a mim e a pessoas próximas, para que "colaborássemos", ameaçando-me a mim e aos meus com provas falsas ou a criação das mesmas. Isto custou-me problemas em trabalhos e habitação, e se não fosse pela solidariedade desinteressada de pessoas vinculadas ou não politicamente a mim, ter-me-ia visto numa situação extrema de exclusão social"... quer dizer, na "puta rua".

Juridicamente, o processo prolongou-se mais de 2 anos, sob medidas cautelares, com os meus advogados sem poderem apresentar provas a meu favor e a procuradoria agindo até o ultimo momento (incluído minutos antes do início do julgamento oral) para apresentar supostas provas contra. Por outra parte o ministério fiscal dedicou-se a criar uma rede, com a colaboração de um outro processado, na minha causa (daí que ele visse reduzido de 17 para 3 anos o pedido de prisão graças a isso), para me envolver a mim e outras pessoas na rede "terrorista de Resistência Galega".

Depois de apresentar em tribunal e comprovar (como supunha, já que estou inocente e não deixarei de o dizer) que só e unicamente têm como prova de acusaçom da minha participação em atos delitivos o testemunho de um outro acusado (com um óbvio conflito de interesses), a estas alturas, só posso dizer que em todo o momento senti indefensao jurídica; o respeito pelos direitos individuais não é o forte do sistema judicial nem policial espanhol.

P: Notaste a solidariedade dos companheiros diante da tua situação?

R: Gostava de te comentar que antes de que me passasse isto eu não era militante de nenhum tipo de organização política ou social, legal ou ilegal... A solidariedade veio-me por parte dos meus amigos, mas também por parte de organizações políticas e antirrepressivas e dos seus militantes.

Como já comentei, a solidariedade foi constante, tanto de uns como de outros, de pessoas individuais, amigos ou não, ligados politicamente ou não ligados, de organizações solidárias galegas como de outras partes do Estado, disso não me posso queixar em absoluto.

A solidariedade é necessária em todos os casos para os movimentos revolucionários, faz de nós o que devemos ser, sós não somos ninguém nem representamos nada.

P: Achas que os galegos conhecem os objetivos do independentismo e a sua realidade atual?

R: Primeiro haveria que concretizar sobre uma pequena diferença. O "independentismo revolucionário", e o "separatismo burgués". Para esclarecer, o segundo seriam as pretensões de grupos ou políticos como CiU e Artur Me as, ou certos setores do BNG ou Anova, de reclamarem a independência (ou não) do Estado guiados por razões económicas em muitos casos; se convém aos seus bolsos são "unionistas" e se não, são

"independentistas". Esta gente não pensa nas necessidades e realidades dos povos, só nas dos seus interesses.

No entanto, a outra cara é o "independentismo revolucionário", que reclama o reconhecimento das realidades nacionais dos povos, a defesa cultural/linguística assim como a pedagógica e o fim do saque sistemático dos recursos e sectores produtivos por parte de empresas e governos forâneos, ademais da proposição de políticas de esquerdas derivadas hacia o socialismo...

A sociedade galega em geral, a gente do montão, não percebe os objectivos do independentismo devido à manipulação mediática constante, e à confrontação que estratégica e sistemáticamente mantém o governo central achacando aos "nacionalismos" todos os males do país, e pintando-os como senhores com cornos e rabo, o qual é inegável que levou a um estado de confrontação entre a própria cidadania, que vêm aos nacionalistas como o inimigo de "Espanha"; isto por uma banda e por outra e fazendo um pouco de autocrítica, acho que os colectivos e movimentos independentistas galegos não foram capazes em muitos casos de expressar-se adequadamente e fazer chegar a sua mensagem à gente da rua, ao grande conjunto da população galega que em muitos casos ainda têm certos complexos de inferioridade e uma mentalidade colonizada por tantos anos de desprezo hacia este povo e esta cultura. Contudo esse é o trabalho constante que se realiza dia a dia na Galiza por parte destes colectivos, o visibilizar as realidades nacionais e tentar transmitir os seus objectivos comuns à sociedade, com maior ou menor acerto, mas faz-se.

P: Achas que é possível que se esteja a utilizar alguns jovens como bodes expiatórios, como exemplificação ou punição a condutas indesejáveis na cidadania, por parte do governo?

R: Obviamente, condena-se duramente pessoas jovens e não tão jovens por participarem direta ou indiretamente em qualquer facto com que eles puderem qualificar de "violento" ou "subversivo", em muitos casos, com provas manipuladas e testemunhos falsos por parte das FSE [Forças de Segurança do Estado], que temo sejam a grande maioria sob ordens diretas de delegados do governo ou altos funcionários ou cargos do mesmo. O seu sistema necessita um inimigo e dar uma mensagem à sociedade que transmita a sua falta de "piedade" com esse inimigo. A sociedade não se dá conta de que em última instância eles mesmos são esse inimigo.

P: Crês que o presente político do Estado espanhol está a experimentar uma mudança política de importância, com as pistas do CIS?

R: O presente político segue sendo dos de sempre, mas o futuro em curto prazo acho que dará uma volta de 180º, ao menos nas próximas eleições autonómicas e gerais. Contudo a nível autárquico não o vejo tão claro, exceto nas grandes cidades governadas pelo PP. Em muitos lugares os votos autárquicos costumam diferir no seu sentido com os votos noutras eleições.

Contudo, o problema de fundo continuará sendo o mesmo, e é o próprio sistema. Por muito que um novo partido tome o poder, sejamos realistas, não se podem eliminar centos (ou

milhares) de altos funcionários e burócratas, nem militares, nem muito menos aos bancos e mercados que o fim de contas são os que governam realmente. Será difícil mudar tudo isso e não acha-o que lhe o permitam a ninguém, ao menos, não lhes permitirão fazer mudanças nem reformas profundas. O problema deste país não é a "casta" política em si, senão a económica que é a que dá as ordens à política, e será difícil retirar-lhes os seus privilégios. E ainda que tenho muito claro que para governar há que estar bem educado e ter uma boa formação, só o dia no que um grupo de pessoas saibam o que é passar fome e que se vejam no desespero de perder o seu fogar, só então, aqui poderão começar a mudar as coisas.

P: A um independentista, Interessa-lhe a evolução da política espanhola?

R: Com certeza, somos independentistas, não idiotas. Se Espanha funcionar bem beneficiamo-nos como todos; acontece é que quando funciona mal, os "povos periféricos" costumamos ser os primeiros a sofrê-lo, além de que se nos culpabiliza sempre dos males do Estado, sobretudo dos económicos; a culpa sempre é das autonomias e esses nacionalistas malvados e esbanjadores, nunca do governo central, nem das suas deputações provinciais, nem do seu senado decorativo nem certamente de deputados que viajam a Tenerife para dar uma queca financiada pelos cidadãos nem dos executivos exemplares que tivemos (benditos fundos reservados)...; não, eles não fizeram nada de mau, eles não viveram acima das suas possibilidades... viveram por acima das nossas (e continuam a fazê-lo).

Sejamos sinceros, Espanha não funcionou bem na vida e além disso, nenhuma organização política espanhola com sede em Madrid se preocupou nunca com o nosso futuro como povo. Contudo, o futuro dos povos que conformam o Estado espanhol, e não só o nosso, a nós sim nos preocupa.

P: Que opinião te merece a atual lei mordaça?

R: A Lei de Segurança Cidadã só é uma amostra das tantas políticas fascistas que pretende levar a cabo um partido político herdado da casta privilegiada no regime militar anterior para tentar manter os seus privilégios, coisa que conseguiram, por que aqui, sempre mandam os mesmos desde faz 75 anos.

P: Julgas que a sua aprovação poderá ter um efeito dissuassório real?

R: Alguma gente será dissuada por este méio, obviamente, mas quando o povo já tem muito pouco que perder, há pouco mais que lhe possam tirar, por muitas coimas que ponham e por muito elevadas que sejam. Se não tenho casa, nem trabalho, nem quase não que levar à boca que mas me podem fazer? Terá um efeito dissuassório sobre a pequena burguesia, sobre esses que têm bons trabalhos, bons salários e boas casas, mas que de todas as maneiras não gostam de como estão das coisas.

P: Consideras que a juventude galega é combativa e reivindicativa, ou vês uma grande percentagem de conformismo?

R: A mocidade galega é como a do resto do Estado, em geral é conformista, busca uma saída individual aos problemas mas acutilantes da sociedade; a educação que receberam leva-os para o individualismo.

Contudo cada dia a mocidade está mais asfixiada, a educação média e superior é menos acessível e o trabalho já nem falemos. Dia a dia os jovens galegos veem claro que sós não chegam a nenhuma parte, organizam-se e combatem contra o regime estabelecido dentro das suas possibilidades.

Que ocorre quando um jovem não tem opções? Que as busca, e só na confrontação contra quem opprime ao povo e a eles mesmos vêm uma saída.

Mas isto último leva ocorrendo 30 anos; aos galegos faz muito que se nos estão acabando as opções.

P: Achas que as últimas contundentes condenações afastarão a mocidade da política?

R: Os jovens não se assustam por que condenem outros ainda que sejam os seus companheiros, todo o contrário, reafirmam-nos nas suas posturas.

Numa organização juvenil da que algum membro seja represaliado e condenado, pode haver alguma "deserção" pontual, seguramente por pressões familiares mas, em geral, até tomarão mais força. Não é de cobardia do que peca a mocidade e muito menos a galega.

P: Cries que a cidadania conhece as condições reais das prisões?

R: Para a cidadania em geral o mundo prisional é totalmente desconhecido, são os esgotos do Estado, ninguém se interessa por ver o que há nela, só que funcione. Mas a realidade é que não funciona. Os cárceres não são centros de reinserção, mas de castigo e se nos referirmos ao âmbito da delinquência, se a rua é a escola, o cárcere é uma universidade. No âmbito político, os cárceres são submundos subumanos, centros de exterminio que exterminam a tua mente e sim não o conseguem, tentam exterminar-te literalmente. Os maus tratos e os abusos estão na ordem do dia. Além do direito à liberdade, retiram-te muitos outros, e tentam anular-te como pessoa para que te convertas numa ovelha mais.

Para o sociedade é mas cómodo moralmente não saber o que ocorre no interior dos muros.

P: Que opinas das políticas de dispersão penitenciária?

R: A dispersão é outra forma de tortura... eu pessoalmente sofri-a em todo o seu "esplendor", visitando em 3 meses, 6 cárceres fora do território galego. Se acrescentamos o regime FIES como costuma acontecer, isto aumenta o desarraigo e isola o preso do mundo exterior, já que dificulta que te possam visitar, além das afinidades culturais com outros presos, e tudo isto no meu caso, como no de muitos outros, em prisão preventiva. Por outra parte, uma família que tenha que viajar 1500 km quase sem descanso para poder ver ao seu ser querido, expõem-se a mas que possíveis acidentes. Desde que se implementaram estas medidas faz 25 anos, 18 familiares de presos bascos e galegos morreram nas estradas, ademais de um sinfín de acidentes não mortais. Por outra parte também implica um gasto económico desorbitado para as famílias, em concreto com a soma dos 6 presos independentistas galegos que estão presos nos dias de hoje, as suas famílias e amigos gastam em média 4.700 euros cada semana para podê-los visitar durante quase não 40 minutos com um cristal pelo meio.

A dispersão é um castigo acrescentado às condenações, desenhada num princípio para a ETA, para impedir que os seus presos se pudessem organizar dentro das prisões, mas na atualidade aplicada a qualquer preso com capacidade organizativa. O governo define-o como medidas de segurança, eu defino-o como parte da VINGANÇA do Estado para quem se atreve a opor-seativamente. Se siao motivos políticos os que te levaram ao cárcere, todo o sistema penitenciário está desenhado como castigo e para a vingança contra ti.

P: Que opinas das recentes declarações de Beiras, que assevera que resistência galega é um invento do poder e não existe?

R: Não só são declarações de Beiras, há até juízes na Audiência Nacional que não identificam a "Resistência Galega" como uma organização armada. É questão do ponto de vista, se te interessar ou não vê-lo assim.

Se te interessar que exista, verás indícios por todas as partes, acreditarás o que dizem os meios (ou seja, o Ministério do Interior) e serão provas, mas se no fundo não tens interesses no assunto, como estes juízes da Audiência Nacional que comento, não qualificarias de organização terrorista uns quantos jovens que nem vão armados, nem estão organizados, nem mataram ninguém, nem danificaram ninguém, nem ameaçaram ninguém, nem nada similar.

Ocorrem ações com explosivos na Galiza? Sim, negá-lo seria mentir descaradamente, mas se me perguntas se esses atos estão organizados, supeditados a uma estrutura hierárquica e aos seus interesses "políticos", pois não, não engulo esse isco por muito que insistam desde as filas do PP e da Delegação do Governo.

Ao governo do PP interessa-lhes um inimigo, que haja terroristas", e se ETA não está ativa, que melhor que criar da nada uma organização terrorista que não pode negar nem confirmar a sua existência? Já dizem eles que existe e ponto, eles são a lei... O problema é que sim és um representante político e não aderes à sua opinião antiterrorista, logo te riscam de terrorista a ti também. Neste caso, Manuel Beiras e Yolanda Díaz tiveram o valor de se enfrentar ao PP negando-se a condenar a existência de um grupo terrorista que não crem que exista.

O "Manifesto pela Resistência Galega" que se deu a conhecer em 2005 não é como diz o Ministério do Interior o primeiro comunicado de uma organização, é não um apelo ANÓNIMO à resistência ativa. Se não nos alargássemos muito, poderia desmanchar um por um os argumentos do Estado para a existência desta organização, mas a melhor prova está na própria sociedade. Se perguntas a qualquer galego ou galega da pé, sem ligações políticas, pelo problema do terrorismo na Galiza, rirá-se da pergunta, porque aqui as pessoas não têm essa sensação de conflito armado como passava em Euskal Herria, que tanto interessa ao governo espanhol, nem se preocupa demasiado com que alguém ponha um engenho a um caixa automático de Abanca (ex Novagalicia Banco); preocupam-se mais com que lhes devolvam o dinheiro que Novagalicia lhes roubou, ou o que vão comer (ou não) ao dia seguinte, onde poderão trabalhar os seus filhos se nos tiram o mar, os estaleiros, o gado e toda a indústria "típica" de aqui, da qual vivia muita gente, ainda que sim, sempre podemos abrir um bar e ser empregados de mesa ou cozinheiros, mas não há turistas nem bêbedos para todos. Etc...

Centrando-nos um pouco, ainda que Beiras não seja santo da minha devoção, posso dizer que faz muitos anos que está na vida política galega e desde um princípio despertou em mim certo interesse e simpatia, e acho que é uma pessoa que não acede a pressões facilmente, e muito menos imposições e prefere que o risquem de "pró-terrorista" a dizer algo que acha que não é verdade; com o que estou de acordo com ele: antes preso, que ser livre por mentir... isso deixamo-los aos acusados (e não acusados) do PP.

Castellano

Héctor Naya responde a las preguntas de Tercera Información sobre su caso particular pero también sobre cuestiones de actualidad, como el independentismo, la ley mordaza, la situación política etc.

Acusado de pertenencia a la llamada "Resistencia Galega", la fiscalía de **la Audiencia Nacional pide para él 17 años de prisión**.

Actualmente se encuentra a la espera de sentencia, en libertad provisional, tras haber pasado varios meses en prisión provisional hasta que se celebró un juicio que nunca rehuyó, **convencido de su inocencia**.

Pregunta: ¿Cómo consideras el presente de la represión en España?

Respuesta: El gobierno del PP está dando sus últimos coletazos y lo saben, por lo que utilizan el argumento del miedo, de que el orden y el estado de bienestar está en peligro. La intensidad de la represión ha aumentado y aumenta día a día, intentando demostrar de que esto es así, detienen a cualquiera que tenga vinculaciones "revolucionarias" durante cualquier tipo de protesta o simplemente por alzar la voz o colaborar con trabajos solidarios y manipulan los mass media para criminalizar a personas y movimientos.

Obviamente toda esta basura ya no se la cree ninguna persona con dos dedos de frente, pero por desgracia en este país, aun padecemos los achaques de la herencia del miedo impresa en los huesos de la sociedad que nos dejó el señor este calvo de Ferrol, por lo que siempre habrá alguien que se lo crea.

En el caso de Galiza en concreto, la represión se centra en el independentismo y los estudiantes vinculados a este movimiento directa o indirectamente; además, cualquier opinión u opción política crítica con el régimen y sus políticas en cualquier materia y que se encasillen en opciones rupturistas es inmediatamente reprimida o censurada, tachada de proetarra o terrorista, lo cual se ha puesto muy de moda en el PP, tanto aquí como en el resto del estado. Está claro que nos consideran un enemigo y si no lo somos, intentan encasillarnos en la periferia de los enemigos que ya tienen.

P: ¿Has sentido indefensión jurídica durante el procedimiento hasta el momento?

R: La pregunta correcta sería si me he sentido protegido en algún momento. Desde el primer momento mis derechos fueron vulnerados sistemáticamente tanto por la Guardia Civil como por la Audiencia Nacional y por Instituciones Penitenciarias. La aplicación de la ley anti-terrorista, que se ha denunciado ya tanto por la ONU como por la UE como ilegal, y que se aplica sin miramientos a cualquier "sospechoso", vulnera prácticamente todos los derechos humanos. Desde mi detención en un bar de Vigo donde pasaba la noche con mis

amigos, mi traslado a Madrid y la incomunicación durante 4 días sin poder ver un abogado ni informar a mi familia de mi situación (suerte que fui detenido ante testigos), mi ingreso y permanencia en prisión, que me llevó a conocer 6 prisiones distintas en 89 días bajo el régimen FIES-3.

Tras mi salida de prisión, las presiones mediáticas fueron constantes, sobre todo por parte del ABC, e incluso “funcionarios del ministerio del interior” me acosaron a mí y a gente cercana a mí para que “colaborase”, amenazándome a mí y a los míos con pruebas falsas o la creación de las mismas. Esto me ha costado problemas en trabajos y vivienda, y si no fuese por la solidaridad desinteresada de personas vinculadas o no políticamente a mí, me hubiese visto en una situación extrema de “exclusión social”... vamos, en la puta calle.

Jurídicamente, el proceso se ha alargado mas de 2 años, bajo medidas cautelares, donde a mis abogados se les ha negado la presentación de pruebas a mi favor, y a la fiscalía se le ha permitido hasta en el ultimo momento (incluido minutos antes del inicio del juicio oral) presentar supuestas pruebas en mi contra. Por otra parte el ministerio fiscal se ha dedicado a crear una trama con la colaboración de otro imputado en mi causa (al cual le han rebajado de 17 a 3 años la petición de prisión gracias a esto), para involucrarme a mí y a otras personas en el entramado “terrorista de Resistencia Galega”.

Tras presentarme al juicio y comprobar (como suponía ya que soy inocente y no dejaré de decirlo) que solo y únicamente tienen como prueba de cargo de mi participación en actos delictivos el testimonio de un co-imputado (con un obvio conflicto de intereses), a estas alturas, solo puedo decir que en todo momento he sentido indefensión jurídica; el respeto por los derechos individuales no es el fuerte del sistema judicial ni policial español.

P: ¿Has notado la solidaridad de los compañeros ante tu situación?

R: Comentarte que antes de que me pasase esto yo no era militante de ningún tipo de organización política o social, legal o ilegal... La solidaridad me vino por parte de mis amigos, pero también por parte de organizaciones políticas y anti-represivas y de sus militantes.

Como ya comenté, la solidaridad ha sido constante, tanto de unos como de otros, de personas individuales, amigos o no, ligados políticamente o no ligados, de organizaciones solidarias gallegas como de otras partes del estado, de eso no me puedo quejar en absoluto.

La solidaridad es necesaria en todos los casos para los movimientos revolucionarios, hace de nosotros lo que debemos ser, solos no somos nadie ni representamos nada.

P: ¿Crees que los gallegos conocen los objetivos del independentismo y su realidad actual?

R: Primero habría que puntualizar sobre una pequeña diferencia. El “independentismo revolucionario”, y el “Separatismo burgués”. Para aclararnos, lo segundo serían las pretensiones de grupos o políticos como CiU y Artur Mas, o ciertos sectores del BNG o Anova, de reclamar la independencia (o no) del estado guiados por razones económicas en muchos casos; si le conviene a sus bolsillos son “unionistas” y si no, son “independentistas”.

Esta gente no piensa en las necesidades y realidades de los pueblos, solo en las de sus intereses.

Sin embargo, la otra cara es el “independentismo revolucionario”, que reclama el reconocimiento de las realidades nacionales de los pueblos, la defensa cultural/lingüística así como la pedagógica y el fin del saqueo sistemático de los recursos y sectores productivos por parte de empresas y gobiernos foráneos, además de la proposición de políticas de izquierdas derivadas hacia el socialismo..

La sociedad gallega en general, la gente de a pie, no percibe los objetivos del independentismo debido a la manipulación mediática constante, y a la confrontación que estratégica y sistemáticamente mantiene el gobierno central achacando a los “nacionalismos” todos los males del país, y pintándolos como señores con cuernos y rabo, lo cual es innegable que ha llevado a un estado de confrontación entre la propia ciudadanía, que ven a los nacionalistas como el enemigo de “España”; esto por una parte y por otra y haciendo un poco de autocrítica, creo que los colectivos y movimientos independentistas gallegos no han sido capaces en muchos casos de expresarse adecuadamente y hacer llegar su mensaje a la gente de la calle, al gran conjunto de la población galega que en muchos casos aun tienen ciertos complejos de inferioridad y una mentalidad colonizada por tantos años de desprecio hacia este pueblo y esta cultura. Sin embargo ese es el trabajo constante que se realiza día a día en Galiza por parte de estos colectivos, el visibilizar las realidades nacionales e intentar trasmitir sus objetivos comunes a la sociedad, con mayor o menor acierto, pero se hace.

P: ¿Crees que es posible que se esté utilizando a algunos jóvenes como cabezas de turco, como ejemplificación o castigo a conductas indeseables en la ciudadanía, por parte del gobierno?

R: Obviamente, se condena duramente a jóvenes y no tan jóvenes por participar directa o indirectamente en cualquier hecho que ellos puedan calificar de “violento” o “subversivo”, en muchos casos, con pruebas manipuladas y testimonios falsos por parte de las FSE [Fuerzas de Seguridad del Estado], que me temo sean la gran mayoría bajo ordenes directas de delegados del gobierno o altos funcionarios o cargos del mismo. Su sistema necesita un enemigo y dar un mensaje a la sociedad que trasmite su falta de “piedad” con ese enemigo. De lo que la sociedad no se da cuenta es de que en última instancia ellos mismos son ese enemigo.

P: ¿Crees que el presente político de España está dando un cambio político de importancia, con las pistas del CIS?

R: El presente político sigue siendo de los de siempre, pero el futuro a corto plazo creo que dará un vuelco de 180º, al menos en las próximas elecciones autonómicas y generales. Sin embargo a nivel municipal no lo veo tan claro, excepto en las grandes ciudades gobernadas por el PP. En muchos lugares los votos municipales suelen diferir en su sentido con los votos en otras elecciones.

Sin embargo, el problema de fondo continuará siendo el mismo, y es el propio sistema. Por mucho que un nuevo partido tome el poder, seamos realistas, no se pueden eliminar a

cientos (o miles) de altos funcionarios y burócratas, ni militares, ni mucho menos a los bancos y mercados que a fin de cuenta son los que gobiernan realmente. Será difícil cambiar todo eso y no creo que se lo permitan a nadie, al menos, no hacer cambios ni reformas profundas. El problema de este país no es la “casta” política en si, si no la económica que es la que da las ordenes a la política, y será difícil retirarles sus privilegios. Y aunque tengo muy claro que para gobernar hay que estar bien educado y tener una buena formación, solo el día en el que un grupo de personas sepan lo que es pasar hambre y que se hayan visto en la desesperación de perder su hogar, solo entonces, aquí podrán empezar a cambiar las cosas.

P: A un independentista, ¿Le interesa la evolución de la política española?

R: Por supuesto, somos independentistas, no idiotas.

Si España funciona bien nos beneficiamos como todos, lo que pasa es que cuando funciona mal, los “pueblos periféricos” solemos ser los primeros en sufrirlo además de que se nos echa las culpas siempre de los males del país, sobre todo de los económicos; la culpa siempre es de las autonomías y esos nacionalistas malvados y despilfarradores, nunca del gobierno central, ni de sus diputaciones en cada provincia, ni de su senado decorativo ni por supuesto de diputados que viajan a Tenerife para echar un casquete a costa de los ciudadanos ni de los ejecutivos ejemplares que hemos tenido (benditos fondos reservados)...; no, ellos no han hecho nada malo, ellos no han vivido por encima de sus posibilidades... han vivido por encima de las nuestras (y lo siguen haciendo).

Seamos sinceros, España no ha funcionado bien en la vida y además ninguna organización política española con sede en Madrid se ha preocupado nunca por nuestro futuro como pueblo. Sin embargo, el futuro de los pueblos que conforman el estado español, y no solo el nuestro, a nosotros sí nos preocupa.

P: ¿Qué opinión te merece la actual ley mordaza?

R: La Ley de Seguridad Ciudadana solo es una muestra mas de las tantas políticas fascistas que pretende llevar a cabo un partido político heredado de la casta privilegiada en el régimen militar anterior para intentar mantener sus privilegios, cosa que han conseguido, por que aquí, siempre mandan los mismos desde hace 75 años.

P: ¿Crees que su aprobación tendrá un efecto disuasorio real?

R: Alguna gente será disuada por este medio, obviamente, pero cuando el pueblo ya tiene muy poco que perder, hay poco más que le puedan quitar, por muchas multas que pongan y por muy elevadas que sean. Si no tengo casa, ni trabajo, ni apenas que llevarme a la boca ¿qué mas me pueden hacer? Tendrá un efecto disuasorio sobre la pequeña burguesía, sobre esos que tienen buenos trabajos, buenos sueldos y buenas casas pero que de todas maneras no le gusta como están las cosas.

P: ¿Consideras que la juventud gallega es combativa y reivindicativa, o ves un gran porcentaje de conformismo?

R: La juventud gallega es como la del resto del estado, en general es conformista, busca una

salida individual a los problemas mas acuciantes de la sociedad; la educación que han recibido les conduce al individualismo. Sin embargo día a día la juventud está más asfixiada, la educación media y superior es menos accesible y el trabajo ya ni hablemos. Día a día los jóvenes gallegos ven claro que solos no llegan a ninguna parte, se organizan y combaten contra el régimen establecido dentro de sus posibilidades.

¿Que ocurre cuando un joven no tiene opciones? Que las busca, y solo en la confrontación contra quien opriime al pueblo y a ellos mismos ven una salida. Pero esto último lleva ocurriendo 30 años; a los gallegos hace mucho que se nos están acabando las opciones.

P: ¿Crees que las últimas contundentes condenas alejarán a la juventud de la política?

R: Los jóvenes no se asustan por que condenen a otros aunque sean sus compañeros, todo lo contrario, les reafirma en sus posturas. En una organización juvenil de la que algún miembro sea represaliado y condenado, puede haber alguna “deserción” puntual, seguramente por presiones familiares pero, en general, incluso tomarán mas fuerza. No es de cobardía de lo que peca la juventud y mucho menos la gallega.

P: ¿Crees que la ciudadanía conoce las condiciones reales de las prisiones?

R: Para la ciudadanía en general el mundo carcelario es totalmente desconocido, es la cloaca del estado, a nadie le interesa ver lo que hay en ella, solo que funcione. Pero la realidad es que no funciona. Las cárceles no son centros de reinserción, sino de castigo y si nos trasladamos al ámbito de la delincuencia, si la calle es la escuela, la cárcel es una universidad. En el ámbito político, las cárceles son submundos infrahumanos, centros de exterminio que exterminan tu mente y si no lo consiguen, intentan exterminarte literalmente. Los malos tratos y los abusos están a la orden del día. Además del derecho a la libertad, te privan de muchos otros, e intentan anulararte como persona para que te conviertas en una oveja mas.

Para lo sociedad es mas cómodo moralmente no saber lo que ocurre de muros para adentro.

P: ¿Qué opinas de las políticas de dispersión penitenciaria?

R: La dispersión es otra forma de tortura... yo personalmente la sufrió en todo su esplendor, visitando en 3 meses, 6 cárceles fuera del territorio gallego. si le añadimos el régimen FIES como suele ser habitual, esto aumenta el desarraigo y aísla al preso del mundo exterior, ya que dificulta que te puedan visitar, además de las afinidades culturales con otros presos, y todo esto en mi caso, como en el de muchos otros, en prisión preventiva. Por otra parte, una familia que tenga que viajar 1500 km casi sin descanso para poder ver a su ser querido, se expone a mas que posibles accidentes. Desde que se implementaron estas medidas hace 25 años, 18 familiares de presos vascos y gallegos han muerto en las carreteras, además de un sinfín de accidentes no mortales. Por otra parte también implica un gasto económico desorbitado para las familias, en concreto con la suma de los 6 presos independentistas gallegos que están presos a día de hoy, sus familias y amigos se gastan una media de 4.700 € cada semana para poder visitarlos durante apenas 40 minutos con un cristal de por medio.

La dispersión es un castigo añadido a las condenas, diseñada en un principio para ETA, para impedir que sus presos se pudiesen organizar dentro de las prisiones, pero en la actualidad aplicada a cualquier preso con capacidad organizativa. El gobierno lo define como medidas de seguridad, yo lo defino como parte de la VENGANZA del estado para quien se atreve a oponerse activamente. Si son motivos políticos los que te han llevado a la cárcel, todo el sistema penitenciario está diseñado como castigo y para la venganza contra ti.

P: ¿Qué opinas de las recientes declaraciones de Beiras, que asevera que resistencia galega es un invento del poder y no existe?

R: No solo son declaraciones de Beiras, hay incluso jueces en la Audiencia Nacional que no identifican a “Resistencia Galega” como una organización armada. Es cuestión del punto de vista, si te interesa o no verlo así.

Si te interesa que exista, verás indicios por todas partes, te creerás lo que dicen los medios (o sea, el Ministerio del Interior) y serán pruebas, pero si en el fondo ni te va ni te viene, como a estos jueces de la Audiencia Nacional que comento, no calificarías de organización terrorista a unos cuantos jóvenes que ni van armados, ni están organizados, ni han matado a nadie, ni le han hecho daño a nadie, ni han amenazado a nadie, ni nada similar.

¿Ocurren acciones con explosivos en Galiza? Sí, negarlo sería mentir descaradamente, pero si me preguntas si esos actos están organizados, supeditados a una estructura jerárquica y a sus intereses “políticos”, pues no, no me lo trago por mucho que insistan desde las filas del PP y de la Delegación del Gobierno.

Al gobierno del PP les interesa un enemigo, que haya “terroristas”, y si ETA no está activa, ¿que mejor que crear de la nada una organización terrorista que no puede negar ni confirmar su existencia? Ya dicen ellos que existe y punto, ellos son la ley... El problema es que si eres un representante político y no te adhieres a su opinión anti-terrorista, pronto te tachan de terrorista a ti también. En este caso Manuel Beiras y Yolanda Díaz han tenido el valor de plantarle cara al PP negándose a condenar la existencia de un grupo terrorista que no creen que exista.

El “Manifesto pola Resistencia Galega” que se dio a conocer en el 2005 no es como dice el Ministerio del Interior el primer comunicado de una organización si no un llamamiento ANONIMO a la resistencia activa. Si no nos alargásemos mucho, podría desmontarte uno por uno los argumentos del estado para la existencia de esta organización, pero la mejor prueba la tienes en la propia sociedad. Si le preguntas a cualquier gallego o gallega de a pie, sin vinculación política alguna, por el problema del terrorismo en Galiza, se reirá de la pregunta, por que aquí la gente no tiene esa sensación de conflicto armado como ocurría en Euskal Herria, que tanto le interesa al gobierno español, ni les preocupa demasiado que alguien le meta un petardazo a un cajero de Abanca (ex Novagalicia Banco); les preocupa mas que les devuelvan el dinero que Novagalicia les robó, o lo que van a comer (o no) al día siguiente, donde podrán trabajar sus hijos si nos quitan el mar, los astilleros, la ganadería y toda la industria “típica” de aquí de la cual vivía mucha gente, aunque si, siempre podemos abrir un bar y ser camareros o cocineros, pero no hay turistas ni borrachos para todos. Etc...

Centrándonos un poco, aunque Beiras no es santo de mi devoción, puedo decir que hace muchos años que está en la vida política galega y desde un principio despertó en mí cierto

interés y simpatía, y creo que es una persona que no accede a presiones fácilmente, y mucho menos imposiciones y prefiere que le tachen de “pro-terrorista” a decir algo que cree que no es verdad; con lo que estoy de acuerdo con él: antes preso, que ser libre por mentir... eso se lo dejamos a los imputados (y no imputados) del PP.

Galego:

Pregunta: Como consideras o presente da represión en España?

Resposta: O goberno do PP está dando os seus últimos coletazos e sábeno, polo que utilizan o argumento do medo, de que a orde e o estado de benestar están en perigo. A intensidade da represión aumentou e aumenta día a día, intentando demostrar de que isto é así, deteñen a calquera que teña vinculaciones “revolucionarias” durante calquera tipo de protesta ou simplemente por alzar a voz ou colaborar con traballos solidarios e manipulan os mass media para criminalizar a persoas e movementos.

Obviamente todo este lixo xa non lla cre ningunha persoa con dous dedos de fronte, pero por desgraza neste país, aínda padecemos os achaques da herdanza do medo impresa nos ósos da sociedade que nos deixou o señor este calvo de Ferrol, polo que sempre haberá alguén que llo crea.

No caso de Galiza en concreto, a represión céntrase no independentismo e os estudiantes vinculados a este movemento directa ou indirectamente; ademais, calquera opinión ou opción política crítica co réxime e as súas políticas en calquera materia e que se encasillen en opcións rupturistas é inmediatamente reprimida ou censurada, tachada de proetarra ou terrorista, o cal púxose moi de moda no PP, tanto aquí como no resto do estado. Está claro que nos consideran un inimigo e si non o somos, intentan encasillarnos na periferia dos inimigos que xa teñen.

P: ¿Sentiches indefensión xurídica durante o procedemento ata o momento?

R: A pregunta correcta sería si me sentín protexido nalgún momento. Desde o primeiro momento os meus dereitos foron vulnerados sistemáticamente tanto pola Garda Civil como pola Audiencia Nacional e por Institucións Penitenciarias. A aplicación da lei anti-terrorista, que se denunciou xa tanto pola ONU como pola UE como ilegal, e que se aplica sen miramientos a calquera “sospeitoso”, vulnera prácticamente todos os dereitos humanos. Desde a miña detención nun bar de Vigo onde pasaba a noite cos meus amigos, o meu traslado a Madrid e a incomunicación durante 4 días sen poder ver un avogado nin informar á miña familia da miña situación (sorte que fun detido ante testemuñas), o meu ingreso e permanencia en prisión, que me levou a coñecer 6 prisións distintas en 89 días baixo o réxime FIES-3.

Trala miña saída de prisión, as presiós mediáticas foron constantes, sobre todo por parte do ABC, e ata “funcionarios do Ministerio do Interior” acosáronme a min e a xente próxima a min para que “colaborase”, ameazándome a min e aos meus con probas falsas ou a creación das mesmas. Isto custoume problemas en traballos e vivenda, e si non fose pola solidariedade desinteresada de persoas vinculadas ou non políticamente a min, teríame visto nunha situación extrema de “exclusión social”... ou sexa, na puta rúa.

Xurídicamente, o proceso alargouse mais de 2 anos, baixo medidas cautelares, onde aos meus avogados negóuseles a presentación de probas ao meu favor, e á fiscalía permitíuselle ata no ultimo momento (incluído minutos antes do inicio do xuízo oral) presentar supostas probas na miña contra. Por outra banda o ministerio fiscal dedicouse a crear unha trama coa colaboración doutro imputado na miña causa (ao cal rebaixáronlle de 17 a 3 anos a petición de prisión grazas a isto), para involucrarme a min e a outras persoas no entramado “terrorista de Resistencia Galega”.

Tras presentarme ao xuízo e comprobar (como supoñía xa que son inocente e non deixarei de dicilo) que só e únicamente teñen como proba de cargo da miña participación en actos delituosos o testemuño dun co-imputado (cun obvio conflito de intereses), a estas alturas, só podo dicir que en todo momento sentín indefensión xurídica; o respecto polos dereitos individuais non é o forte do sistema xudicial nin policial español.

P: ¿Notaches a solidariedade dos compañeiros ante a túa situación?

R: Comentarche que antes de que me pasase isto eu non era militante de ningún tipo de organización política ou social, legal ou ilegal... A solidariedade veume por parte dos meus amigos, pero tamén por parte de organizacións políticas e anti-represivas e dos seus militantes.

Como xa comentei, a solidariedade foi constante, tanto duns como doutros, de persoas individuais, amigos ou non, ligados políticamente ou non ligados, de organizacións solidarias galegas como doutras partes do estado, diso non me podo queixar en absoluto.

A solidariedade é necesaria en todos os casos para os movementos revolucionarios, fai de nós o que debemos ser, sós non somos ninguén nin representamos nada.

P: ¿Crees que os galegos coñecen os obxectivos do independentismo e a súa realidade actual?

R: Primeiro habería que puntualizar sobre unha pequena diferenza. O “independentismo revolucionario”, e o “Separatismo burgués”. Para aclararnos, o segundo serían as pretensiós de grupos ou políticos como CiU e Artur Mas, ou certos sectores do BNG ou Anova, de reclamar a independencia (ou non) do estado guiados por razóns económicas en moitos casos; si lle convén aos seus petos son “unionistas” e si non, son “independentistas”. Esta xente non pensa nas necesidades e realidades dos pobos, só nas dos seus intereses.

Nembargantes, a outra cara é o “independentismo revolucionario”, que reclama o recoñecemento das realidades nacionais dos pobos, a defensa cultural/lingüística así como a pedagóxica e o fin do saqueo sistemático dos recursos e sectores produtivos por parte de empresas e gobernos foráneos, ademais da proposición de políticas de esquerdas derivadas hacia o socialismo...

A sociedade galega en xeral, a xente do montón, non percibe os obxectivos do independentismo debido á manipulación mediática constante, e á confrontación que estratéxica e sistemáticamente mantén o goberno central achacando aos “nacionalismos” todos os males do país, e pintándoo como señores con cornos e rabo, o cal é innegable que

levou a un estado de confrontación entre a propia cidadanía, que ven aos nacionalistas como o inimigo de "España"; isto por unha banda e por outra e facendo un pouco de autocrítica, creo que os colectivos e movementos independentistas galegos non foron capaces en moitos casos de expresarse adecuadamente e facer chegar a súa mensaxe á xente da rúa, ao gran conxunto da poboación galega que en moitos casos ainda teñen certos complexos de inferioridade e unha mentalidade colonizada por tantos anos de desprezo hacia este pobo e esta cultura. Con todo ese é o traballo constante que se realiza día a día na Galiza por parte destes colectivos, o visibilizar as realidades nacionais e intentar transmitir os seus obxectivos comúns á sociedade, con maior ou menor acerto, pero faise.

P: Crees que é posible que se estea utilizando a algúns mozos como cabezas de turco, como exemplificación ou castigo a condutas indeseables na cidadanía, por parte do goberno?

R: Obviamente, condénase duramente a xente moza e non tan moza por participar directa ou indirectamente en calquera feito que eles poidan cualificar de "violento" ou "subversivo", en moitos casos, con probas manipuladas e testemuños falsos por parte das FSE [Forzas de Seguridade do Estado], que me temo sexan a gran maioría baixo ordenes directas de delegados do goberno ou altos funcionarios ou cargos do mesmo. O seu sistema necesita un inimigo e dar unha mensaxe á sociedade que transmita a súa falta de "piedade" con ese inimigo. Do que a sociedade non se decata é de que en última instancia eles mesmos son ese inimigo.

P: ¿Crees que o presente político de España está dando un cambio político de importancia, coas pistas do CIS?

R: O presente político segue sendo dos de sempre, pero o futuro a curto prazo creo que dará unha volta de 180º, polo menos nas próximas eleccións autonómicas e xerais. Con todo a nivel municipal non o vexo tan claro, excepto nas grandes cidades gobernadas polo PP. En moitos lugares os votos municipais adoitan diferir no seu sentido cos votos noutras eleccións.

Con todo, o problema de fondo continuará sendo o mesmo, e é o propio sistema. Por moito que un novo partido tome o poder, sexamos realistas, non se poden eliminar centos (ou miles) de altos funcionários e burócratas, nin militares, nin moito menos aos bancos e mercados que a fin de contas son os que gobernan realmente. Será difícil cambiar todo iso e non creo que llo permitan a ninguén, polo menos, non lles permitirán facer cambios nin reformas profundas. O problema deste país non é a "casta" política en si, senón a económica que é a que dá as ordes á política, e será difícil retirarllas os seus privilexios. E aínda que teño moi claro que para gobernar hai que estar ben educado e ter unha boa formación, só o día no que un grupo de persoas saiban o que é pasar fame e que se vexan na desesperación de perder o seu fogar, só entón, aquí poderán empezar a cambiar as cousas.

P: A un independentista, ¿Interésalle a evolución da política española?

R: Por suposto, somos independentistas, non idiotas.

Si España funciona ben beneficiámosnos como todos, o que pasa é que cando funciona mal, os "pobos periféricos" adoitamos ser os primeiros en sufrilo ademais de que se nos bota as

culpas sempre dos males do país, sobre todo dos económicos; a culpa sempre é das autonomías e eses nacionalistas malvados e despilfarradores, nunca do governo central, nin das suas diputacións en cada provincia, nin do seu senado decorativo nin por suposto de deputados que viaxan a Tenerife para botar un casquete a costa dos cidadáns nin dos executivos exemplares que tivemos (benditos fondos reservados)...; non, eles non fixeron nada malo, eles non viviron por encima das súas posibilidades... viviron por encima das nosas (e ségueno facendo).

Sexamos sinceros, España non funcionou ben na vida e ademais ningunha organización política española con sé en Madrid se preocupou nunca polo noso futuro como pobo. Con todo, o futuro dos pobos que conforman o estado español, e non só o noso, a nós si nos preocupa.

P: ¿Que opinión che merece a actual lei mordaza?

R: A Lei de Seguridade Cidadá só é unha mostra mais das tantas políticas fascistas que pretende levar a cabo un partido político herdado da casta privilexiada no réxime militar anterior para intentar manter os seus privilexios, cousa que conseguiron, por que aquí, sempre mandan os mesmos desde fai 75 anos.

P: ¿Crees que a súa aprobación terá un efecto disuasorio real?

R: Algunha xente será disuada por este medio, obviamente, pero cando o pobo xa ten moi pouco que perder, hai pouco máis que lle poidan quitar, por moitas multas que poñan e por moi elevadas que sexan. Si non teño casa, nin traballo, nin apenas que levarme á boca ¿que mais me poden facer? Terá un efecto disuasorio sobre a pequena burguesía, sobre eses que teñen bos traballos, bos soldos e boas casas pero que de todas as maneiras non lles gusta como están as cousas.

P: ¿Consideras que a mocidade galega é combativa e reivindicativa, ou ves unha gran porcentaxe de conformismo?

R: A mocidade galega é como a do resto do estado, en xeral é conformista, busca unha saída individual aos problemas mais acuciantes da sociedade; a educación que recibiron condúceos ao individualismo. Con todo día a día a mocidade está más asfixiada, a educación media e superior é menos accesible e o traballo xa nin falemos. Día a día os mozos galegos ven claro que sós non chegan a ningunha parte, organízanse e combaten contra o réxime establecido dentro das súas posibilidades.

¿Que ocorre cando un mozo non ten opcións? Que as busca, e só na confrontación contra quen oprixe ao pobo e a eles mesmos ven unha saída.

Pero isto último leva ocorrendo 30 anos; aos galegos fai moito que se nos están acabando as opcións.

P: ¿Crees que as últimas contundentes condenas afastarán á mocidade da política?

R: Os mozos non se asustan por que condenen a outros áinda que sexan os seus compañeiros, todo o contrario, reafírmannos nas súas posturas. Nunha organización xuvenil

da que algún membro sexa represaliado e condenado, pode haber algunha “desercción” puntual, seguramente por presións familiares pero, en xeral, ata tomarán mais forza. Non é de cobardía do que peca a mocidade e moito menos a galega.

P: ¿Crees que a cidadanía coñece as condicións reais das prisións?

R: Para a cidadanía en xeral o mundo carcelario é totalmente descoñecido, é a cloaca do estado, a ninguén lle interesa ver o que hai nela, só que funcione. Pero a realidade é que non funciona.

Os cárceres non son centros de reinserción, senón de castigo e se nos trasladamos ao ámbito da delincuencia, si a rúa é a escola, o cárcere é unha universidade. No ámbito político, os cárceres son submundos infrahumanos, centros de exterminio que exterminan a túa mente e si non o conseguén, intentan exterminarte literalmente. Os malos tratos e os abusos están á orde do día. Ademais do dereito á liberdade, privante de moitos outros, e intentan anularte como persoa para que te convertas nunha ovella mais.

Para o sociedade é mais cómodo moralmente non saber o que ocorre de muros cara adentro.

P: ¿Que opinas das políticas de dispersión penitenciaria?

R: A dispersión é outra forma de tortura... eu personalmente sufrina en todo o seu esplendor, visitando en 3 meses, 6 cárceres fóra do territorio galego. Se lle engadimos o réxime FIES como adoita ser habitual, isto aumenta o desarraigado e illa ao preso do mundo exterior, xa que dificulta que te poidan visitar, ademais das afinidades culturais con outros presos, e todo isto no meu caso, como no de moitos outros, en prisión preventiva. Por outra banda, unha familia que teña que viaxar 1500 km case sen descanso para poder ver ao seu ser querido, exponse a mais que posibles accidentes. Desde que se implementaron estas medidas fai 25 anos, 18 familiares de presos vascos e galegos morreron nas estradas, ademais dun sinfín de accidentes non mortais. Por outra banda tamén implica un gasto económico desorbitado para as familias, en concreto coa suma dos 6 presos independentistas galegos que están presos a día de hoxe, as súas familias e amigos gástanse unha media de 4.700 € cada semana para podelos visitar durante apenas 40 minutos cun cristal polo medio.

A dispersión é un castigo engadido ás condenas, deseñada nun principio para ETA, para impedir que os seus presos se puidesen organizar dentro das prisións, pero na actualidade aplicada a calquera preso con capacidade organizativa. O goberno defíneo como medidas de seguridade, eu defínoo como parte da VINGANZA do estado para quen se atreve a opoñerse activamente. Si son motivos políticos os que te levaron ao cárcere, todo o sistema penitenciario está deseñado como castigo e para a vinganza contra ti.

P: ¿Que opinas das recentes declaracíons de Beiras, que asevera que resistencia galega é un invento do poder e non existe?

R: Non só son declaracíons de Beiras, hai ata xuíces na Audiencia Nacional que non identifican a “Resistencia Galega” como unha organización armada. É cuestión do punto de vista, si che interesa ou non velo así.

Si che interesa que exista, verás indicios por todas partes, creraste o que din os medios (ou sexa, o Ministerio do Interior) e serán probas, pero si no fondo nin che vai nin che vén, como a estes xuíces da Audiencia Nacional que comento, non cualificarías de organización terrorista a uns cantos mozos que nin van armados, nin están organizados, nin mataron a ninguén, nin lle fixeron dano a ninguén, nin ameazaron a ninguén, nin nada similar.

¿Ocorren accións con explosivos en Galiza? Si, negalo sería mentir descaradamente, pero si me preguntas si eses actos están organizados, supeditados a unha estrutura xerárquica e aos seus intereses “políticos”, pois non, non mo trago por moito que insistan desde as filas do PP e da Delegación do Goberno.

Ao goberno do PP interésalles un inimigo, que haxa “terroristas”, e si ETA non está activa, ¿que mellor que crear da nada unha organización terrorista que non pode negar nin confirmar a súa existencia? Xa din eles que existe e punto, eles son a lei... O problema é que si es un representante político e non te adhires á súa opinión anti-terrorista, pronto te tachan de terrorista a ti tamén. Neste caso Manuel Beiras e Yolanda Díaz tiveron o valor de plantarlle cara ao PP negándose a condenar a existencia dun grupo terrorista que non creen que exista.

O “Manifesto pola Resistencia Galega” que se deu a coñecer no 2005 non é como di o Ministerio do Interior o primeiro comunicado dunha organización si non un chamamento ANONIMO á resistencia activa. Si non nos alargásemos moito, podería desmontarche un por un os argumentos do estado para a existencia desta organización, pero a mellor proba tela na propia sociedade. Si lle preguntas a calquera galego ou galega de a pé, sen vinculación política algúnhha, polo problema do terrorismo en Galiza, rirase da pregunta, por que aquí a xente non ten esa sensación de conflito armado como pasaba en Euskal Herria, que tanto lle interesa ao goberno español, nin lles preocupa demasiado que alguén lle meta un petardazo a un cajero de Abanca (ex Novagalicia Banco); preocúpalles mais que lles devolvan o diñeiro que Novagalicia lles roubou, ou o que van comer (ou non) ao día seguinte, onde poderán traballar os seus fillos si nos quitan o mar, os asteleiros, a ganadería e toda a industria “típica” de aquí da cal vivía moita xente, aínda que si, sempre podemos abrir un bar e ser camareiros ou cociñeiro, pero non hai turistas nin bêbedos para todos. Etc...

Centrándonos un pouco, aínda que Beiras non é santo da miña devoción, podo dicir que fai moitos anos que está na vida política galega e desde un principio despertou en mi certo interese e simpatía, e creo que é unha persoa que non accede a presións facilmente, e moi meno imposicións e prefire que o tachen de “pro-terrorista” a dicir algo que cre que non é verdade; co que estou de acordo con el: antes preso, que ser libre por mentir... iso deixámoslo aos imputados (e non imputados) do PP.